assembleia

n.º 9

Newsletter informativa da Assembleia Municipal de Sesimbra

junho 2016

Mais participação Melhor democracia

A relação de proximidade que se tem construído entre os eleitos/eleitas dos órgãos autárquicos e as respetivas populações é um ato de prática cívica e política na construção da democracia.

A relação direta com as populações permite conhecer e acompanhar o trabalho que se desenvolve no Município mas também deve permitir que os cidadãos / cidadãs tenham condições de participar, criticar e cooperar para que o clube, a escola, o seu bairro ou a sua freguesia tenham melhores condições de vida.

Desejamos salientar que a Assembleia Municipal tem procurado consolidar práticas de trabalho que tenham por objetivo o maior conhecimento da realidade, numa perspetiva de proximidade com as populações, como é o caso das reuniões descentralizadas e temáticas que importa realçar.

Ocorreu na Quinta do Conde, uma sessão sobre "O Estado da Educação no Concelho de Sesimbra" que envolveu os diferentes representantes da comunidade escolar, e na Lagoa de Albufeira, onde foram debatidas e votadas as Grandes Opções do Plano para 2016, em presença de um número bem significativo da população local.

Também a visita ao Concelho, que ocorreu recentemente, representa para os eleitos / eleitas desta Assembleia Municipal uma excelente oportunidade para conhecer localmente os projetos e obras em curso.

Estes são apenas alguns exemplos que demonstram a nossa vontade de trabalhar junto das populações, conhecendo os seus problemas e cooperando na sua resolução.

Deste modo acredito que mais participação será um contributo para uma melhor democracia!

Odete Graça
Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra

13.ª Assembleia Municipal de Jovens

Uma referência na promoção da cidadania

Viver Sesimbra: Bem-estar e Equilíbrio foi o tema da 13ª Assembleia Municipal de Jovens (AMJ), que voltou a envolver alunos de vários estabelecimentos de ensino do concelho. O tema incluía na sua génese diferentes perspetivas de o vivenciar, desde a área do meio ambiente, sua defesa e valorização, até à área da saúde, consubstanciando-se no objetivo comum de uma vida saudável em equilíbrio com o meio ambiente onde nos inserimos.

O programa foi composto por um conjunto de atividades que visavam aprofundar os conhecimentos dos jovens e assim ajudá-los a elaborar as propostas que apresentaram no dia 7 de maio, no Hotel do Mar.

A primeira iniciativa teve lugar no dia 18 de março, com a eleição da Mesa da 13ª AMJ no Cineteatro Municipal João Mota, que terminou um dia preenchido com rastreios à visão, tensão arterial e glicémia, e visita ao Sesimbra Natura Park, um novo espaço de recreio e lazer no concelho de Sesimbra.

Em resultado da eleição, a Mesa da 13ª AMJ ficou composta por Simão Amigo, do Agrupamento de Escolas de Sampaio, escolhido para presidente. Tiago Carvalho, da EB 2/3 Navegador Rodrigues Soromenho, foi eleito 1º secretário, e Maria Cunha, da EBI da Quinta do Conde, foi escolhida para 2ª secretária.

Tal como nas edições passadas, o projeto incluiu ainda a iniciativa Eleito Por Um Dia, que proporcionou a alguns jovens o acompanhamento do trabalho da vice-presidente da Câmara Municipal, da presidente da Assembleia Municipal e dos presidentes das Juntas de Freguesia.

Paralelamente decorreu o 9º concurso As Cores da Cidadania, destinado aos alunos do 3º e 4º anos do 1º ciclo das escolas do concelho, projeto criado em 2008, que tem como objetivo estimular nos jovens o sentido artístico e crítico sobre a vivência em sociedade, através do desenho, composição e poesia.

Os trabalhos efetuados pelos jovens participantes no projeto da AMJ bem como os trabalhos concorrentes ao 9.º Concurso "As cores da Cidadania", com destaque aos premiados, estiveram patentes de 7 a 20 de maio, no Auditório Conde de Ferreira.

Castelo e Santiago

Visita deu a conhecer projetos fundamentais para o concelho

O Mercado Municipal de Sesimbra foi o primeiro local de paragem dos eleitos da Assembleia Municipal, que no dia 16 de abril percorreram vários locais das freguesias de Santiago e Castelo, no âmbito de uma visita promovida pelo órgão autárquico de que fazem parte.
«Esta iniciativa pretende dar a conhecer alguns investimentos dinamizados recentemente, bem como outros projetos que são importantes para o desenvolvimento do concelho», referiu Odete Graça, presidente da Assembleia Municipal».
A visita ao mercado foi acompanhada pela vice-presidente, vereadores e pela técnica da autarquia responsável pela obra de requalificação do edifício, os quais deram a conhecer as intervenções e alterações realizadas.
«A requalificação do Mercado de Sesimbra era uma das prioridades da Câmara Municipal para o presente mandato. Foi um investimento avultado mas fundamental para revitalizá-lo, e dar uma nova vida às atividades que aqui se concentram, apesar dos atrasos que envolveram a candidatura para o financiamento da obra», referiu a vice-presidente da Câmara Municipal, Felícia Costa. A autarca informou ainda que o Mercado seria inaugurado no dia 31 de maio, no âmbito das comemorações do Dia do Pescador.
A comitiva dirigiu-se depois à Fortaleza de Santiago, onde teve oportunidade de percorrer os espaços onde estava a ser instalado o Museu Marítimo e ficar a conhecer o que o mesmo iria oferecer aos visitantes. No local, a vice-presidente adiantou que o museu «vai surpreender todos e muito especialmente os sesimbrenses, «uma vez que vão poder ver várias coisas que desconheciam», tendo acrescentado que «os munícipes residentes no concelho irão ter entrada gratuita».
Outro dos objetivos desta atividade foi mostrar aos deputados da Assembleia Municipal as diligências efetuadas pela Câmara Municipal relativamente ao projeto da variante ao Porto de Abrigo, e à recuperação do Santuário do Cabo Espichel.
Em relação à variante a vice-presidente referiu que a importância do Porto de Sesimbra no plano económico e turístico «justifica a construção desta alternativa», e que a Ministra do Mar já teria conhecimento desta reivindicação.
No que respeita ao Cabo Espichel aguarda-se uma resposta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças relativamente à contraproposta da autarquia.
«Da nossa parte temos feito tudo para devolvermos a dignidade a este local emblemático, e a prova disso são as intervenções realizadas na envolvente da Casa da Água», acentuou.
Esta iniciativa fez parte das visitas que a Assembleia Municipal promove ao longo dos mandatos estando previsto que a próxima visita se realize na freguesia da Quinta do Conde, com o objetivo de proporcionar aos seus eleitos um maior conhecimento da realidade do concelho.

Assembleia Municipal toma posição sobre escola secundária, hospital e lar

Na sessão ordinária de 12 de fevereiro a Assembleia Municipal (AM) aprovou por unanimidade moções sobre a construção de uma escola secundária na Quinta do Conde, do Hospital do Seixal, e do lar de idosos do Centro Comunitário, na Quinta do Conde.
No que respeita à escola, a Assembleia Municipal, que já se pronunciou por diversas vezes sobre este assunto, exige a construção imediata da Escola Secundária na Quinta do Conde, lembrando que a Câmara Municipal já disponibilizou o terreno para o efeito.
Em relação ao hospital do Seixal, a AM saúda a decisão assumida pelos deputados do PCP, PEV, PS, BE e PAN na Assembleia da República sobre a concretização da construção do Hospital do Seixal, que desta forma reconhecem as graves lacunas que há vários anos atingem as populações dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra. Na moção é igualmente reconhecido o esforço das populações, comissões de utentes e órgãos autárquicos que desde há quinze anos se têm empenhado neste processo.
No mesmo dia a Assembleia Municipal congratulou-se ainda pela aprovação por maioria, em plenário na Assembleia da República, da petição do Centro Comunitário da Quinta do Conde pela construção do Lar de Idosos na freguesia, associando-se desta forma à luta da população da Quinta do Conde pela construção do referido equipamento, que será fundamental para dar uma resposta mais eficaz à população idosa.

Maria José Borges

Experiência ao serviço da causa pública

Com 74 anos de idade, Maria José Borges é atualmente a deputada mais velha em atividade na Assembleia Municipal. A sua primeira experiência como eleita aconteceu na Assembleia de Freguesia de Santiago, poucos anos após o 25 de Abril de 1974. Mais tarde abraçou a função de deputada na Assembleia Municipal, quando a Assembleia ainda não dispunha de instalações próprias.

Em 1986 fez uma pausa na vida política ativa para abrir o seu estabelecimento de pronto a comer, a Marizé, na Rua Prof. Joaquim Marques Pólvora. Embora afastada da tomada de decisões políticas durante 20 anos, Maria José Borges continuou a ser uma sesimbrense atenta, interessada e interventiva na vida do seu município, envolvendo-se em atividades e associações de natureza diversa. Neste âmbito teve uma participação ativa na Cercizimbra, Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, Sociedade Musical Sesimbrense, e Associação de Comerciantes, onde sempre vincou a sua imagem de mulher dinâmica. Em 2006, quando se reformou, encerrou o seu estabelecimento e tirou o curso de formadora para transmitir aos mais novos os seus conhecimentos de gastronomia. Mas o "bichinho" da política nunca a abandonou e, em 2009 foi eleita pela CDU para a Assembleia Municipal, onde continua no presente mandato. Hoje intervem menos, reservando-se mais para os debates com os restantes deputados, que a procuram regularmente para ouvirem as suas opiniões sobre determinado assunto, facto que atesta o seu crédito junto do coletivo.

Fazer parte de um meio tradicionalmente dominado por homens nunca a amedrontou ou condicionou a sua postura, uma vez que desde muito nova se mostrou destemida quando estava em causa a defesa da sua terra. Considera por isso, que as mulheres são uma mais-valia na sociedade e devem ter uma maior participação na vida pública, seja na política, na cultura, no desporto ou em qualquer outra área.

Sente-se bem no papel de autarca e afiança continuar a trabalhar em prol da sua comunidade e na defesa dos valores de Abril. Por isso, na Assembleia Municipal é respeitada e respeita a opinião de todos os outros eleitos. «Todos temos o dever de defender a democracia, independentemente das nossas opções políticas», afirma.

Comité Olímpico de Portugal

Odete Graça recebe Prémio Carreira

No Dia Internacional da Mulher a presidente da Assembleia Municipal, Odete Graça, foi distinguida pelo Comité Olímpico de Portugal (COP), com o Prémio Carreira. Na cerimónia foram ainda reconhecidas outras 15 mulheres de várias gerações, que se destacaram no dirigismo desportivo. Este reconhecimento teve em conta o percurso de Odete Graça como atleta, dirigente desportiva e autarca, o que também deve ser motivo de satisfação para a comunidade sesimbrense.

Sessões descentralizadas

Objetivo é promover participação dos munícipes

No final de 2015 Assembleia Municipal promoveu duas sessões descentralizadas.

A primeira, subordinada ao tema O Estado da Educação no Concelho, realizou-se em novembro, na Quinta do Conde, e teve como objetivo analisar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta matéria, e os problemas que afetam o ensino no município. Relativamente ao trabalho realizado foram apresentados vários projetos reveladores do investimento feito pela Câmara Municipal, que em 2015 representou cerca de dez por cento das Grandes Opções do Plano, dos quais se salientam a construção e melhoria de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar, bem como um vasto conjunto de apoios transversais aos vários graus de ensino, por vezes ultrapassando mesmo as competências legalmente atribuídas, mas que têm sido essenciais para milhares de alunos. O papel dos Agrupamentos de Escolas, associações de pais, IPSS e comunidade educativa em geral foram também enaltecidos nesta sessão.

A Assembleia Municipal ficou ainda a par das principais lacunas, sobretudo ao nível dos 2º e 3º ciclos e ensino secundário, e que são da competência do Governo. São exemplo a falta de pessoal auxiliar, de soluções ao nível do ensino especial, de condições ou a sobrelotação de algumas escolas, ou de uma escola secundária na Quinta do Conde.

Estes problemas deram origem a uma moção, aprovada por unanimidade, que foi enviada para um conjunto de entidades, entre elas a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Ministério da Educação e Ciência.

A segunda sessão descentralizada da Assembleia Municipal decorreu no dia 11 de dezembro, no salão da futura igreja de S. Pedro, na Lagoa de Albufeira. A ordem de trabalhos foi composta pelas Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016, da Câmara Municipal de Sesimbra, que viria a ser aprovada por maioria. A Assembleia Municipal aprovou ainda por unanimidade a 13ª Assembleia Municipal de Jovens, que inclui o 9º Concurso As Cores da Cidadania, e o projeto Promoção da Cidadania Entre os Jovens.

As sessões descentralizadas da Assembleia fazem parte de um conjunto de iniciativas dinamizadas pela Municipal com o objetivo de aproximar os órgãos autárquicos com a população e aumentar a participação cívica na vida do município.

Lobo da Silva
Grupo Municipal do PSD
Partido Social Democrata

3 Meses de Governação da Geringonça – Fim da Austeridade?

Este Governo é uma errata. Imensa e absoluta. Uma errata orçamental a começar. Mas mais. (...)
Fosse o Governo capaz de redigir democraticamente uma errata de si próprio, reconheceria o óbvio. E no dia seguinte já não estaria em funções. O Governo é uma errata de legitimidade. Governa sozinho tendo perdido as eleições.
É uma errata política. Diz-se socialista, mas quem manda verdadeiramente é o BE e o PCP, dizem que também a CGTP, que por seu lado mandará mais no PCP do que o Comité Central, num enredo digno de um tratado sobre o tema. É uma errata de crença. O Governo faz fé sozinho, naquilo que o resto do Mundo que faz contas assegura não ser possível.
É uma errata de cinismo. Numa simples entrevista, António Costa consegue apelar ao PSD para que seja "parceiro ativo" e aceite "consensos políticos" em relação a matérias essenciais, sem se rir. O mesmo secretário-geral do PS, que enquanto candidato (derrotado) antecipou em campanha que não viabilizaria um orçamento do Estado que desconhecia, se PSD e CDS vencessem as eleições e recusou quaisquer acordos fundamentais, da Segurança Social ao Sistema Nacional de Saúde.
É também uma errata de capricho. Reverte, reverte e reverte, porque sim. O drama é que não basta reverter. Vai ser preciso pagar. Pagaremos todos, ninguém duvide. Tememos que não será pouco.

40 Anos a Mudar Portugal

Os autarcas têm o dever político de, em coerência e sem ambiguidades, prestar um justo e público reconhecimento pelo marcante papel que as autarquias portuguesas desempenharam no processo de mudança e transformação que o País viveu desde o 25 de Abril de 1974. Portugal é hoje um País moderno, desenvolvido, respeitado e reconhecido, e isso tem , em larga medida , a marca de quem , ao longo dos anos, teve a responsabilidade de gerir um poder local empreendedor, dinâmico e responsável.
É justo reconhecer que, nesse processo, os autarcas se destacaram pelo mérito, pelo empenho e pela noção de serviço publico, em prol dos portugueses e de todos os que integram as comunidades locais deste País.

José Guerra
Grupo Municipal do BE
Bloco de Esquerda

A Tarifa Social de Energia (TSE)

Hoje são pouco mais de uma centena de milhar as famílias desfavorecidas com acesso à tarifa social de energia (TSE), um apoio que conjugado com outros no mesmo âmbito poderá permitir uma poupança mensal na fatura mensal entre 15 e 20 euros. Como consequência do acordo assinado entre o Bloco de Esquerda e o PS para a viabilização do Governo de António Costa, alterações legislativas a concretizar brevemente estenderão a medida a mais de meio milhão de agregados familiares, o universo potencial de beneficiários fixado pelo Executivo anterior do PSD/CDS. Assim, caso a estimativa esteja certa, o número de lares em Portugal a que se aplicará a TSE será multiplicado por mais de cinco (800000).
Não só a eletricidade, também os consumidores de gás natural têm acesso à tarifa social de energia, mas neste caso abrangendo menos consumidores (sobretudo devido ao reduzido número de fogos servidos por gás natural). Segundo a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), no final de 2015 havia 108.299 beneficiários de TSE. No caso do gás, eram 12.579. Com toda a probabilidade, usufruindo de ambas, pois os benefícios são cumulativos.
O objetivo da iniciativa legislativa em preparação destina-se a tornar automático o mecanismo de acesso à Tarifa Social que, neste momento, implica procedimentos complexos de iniciativa dos consumidores, que retardam ou inviabilizam o aproveitamento deste benefício. Recorde-se que são elegíveis para a Tarifa Social de Energia todos os beneficiários de pensões sociais não contributivas (Complemento Solidário para Idosos, Rendimento Social de Inserção, Pensão Social de Velhice, Subsídio Social de Desemprego, Abono de Família, Pensões Sociais de Invalidez), assim como outros com rendimento anual inferior a 5808 euros (ou seja 484 euros por mês, aumentado em 50% por cada elemento do mesmo domicílio fiscal).
No futuro, o valor proposto para rendimento médio mensal (acrescido em função do número de elementos do agregado familiar) até ao qual os agregados podem aceder à tarifa social cifra-se nos 628,83 euros (uma vez e meia o IAS, Indexante de Apoios Sociais). A legislação na forja, que fixará quele novo valor, irá aumentar a abrangência da medida, ao criar o conceito de insuficiência económica.

Alain Monteiro Grenho
Grupo Municipal da CDU
Coligação Democrática Unitária

Quando se luta, conquista-se

A construção do hospital no concelho do Seixal vai avançar após aprovação na Assembleia da República (AR) com os votos favoráveis do PCP, PEV, BE, PS e PAN, 6 anos após a assinatura do acordo para a construção deste equipamento. O processo foi interrompido em 2011 pelo governo PSD-CDS fruto das políticas de desmantelamento do SNS com cortes de mais de 300 milhões de euros, só no distrito de Setúbal (contrastando com o apoio ao setor privado), deteriorando a capacidade de resposta das unidades públicas de saúde com prejuízo grave para as populações. Muitos sesimbrenses não dispõem de cuidados primários de saúde/médico de família e recorrem a serviços privados ou vivem em desespero com o agravamento das suas doenças. Mas outras infraestruturas urgem no nosso concelho. A construção da escola secundária na Quinta do Conde, negada pelo governo PSD-CDS na sequência dos brutais cortes na rede pública de ensino (contrastando com o aumento do apoio ao sistema privado em mais de 180 milhões de euros em 2015), degradando as condições de acesso ao ensino de mais de mil estudantes obrigados a deslocações para escolas secundárias nos Concelhos limítrofes porque na Quinta do Conde não há resposta. Estes jovens percorrem longos percursos, com perda de tempo e custos acrescidos. A Câmara Municipal de Sesimbra disponibilizou um terreno para a construção da escola, com 21.820 m2, e capacidade para 1260 alunos e 54 turmas do 3.º ciclo do ensino básico e secundário. Em 2011, foi mesmo adjudicado a execução do projeto. Mas este equipamento só agora vai ser construído na sequência da petição pública liderada pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde e associações de pais. No último dia 6 de Janeiro foi ainda debatida a petição na AR para a construção do Lar de Idosos do Centro Comunitário da Quinta do Conde, com vista a responder às necessidades da população idosa. O projeto, apresentado pelo grupo parlamentar da CDU na AR, vai ser uma realidade. Os eleitos da CDU reiteram os seus compromissos para com as populações e condena iniciativas de outras forças políticas, por serem meras manifestações de hipocrisia política pois junto das populações defendem uma coisa e na AR, outra. A política prosseguida pelo anterior governo PSD/CDS é disso prova e só veio agravar a situação de todos. Dos idosos pois tiveram tradução nas baixas reformas, nas dificuldades no acesso à saúde e aos medicamentos, nas famílias que sentiram dificuldades associado aos baixos salários, desemprego, precariedade, instabilidade e insistência em opções privatizadoras de equipamentos sociais.

Edição Assembleia Municipal de Sesimbra | **Coordenação** Presidente da Assembleia Municipal / Comissão de Líderes
Redação, Paginação, Fotografia e Impressão Unidade Funcional de Comunicação e Informação da CM Sesimbra

Esta newsletter foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico.